

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL: A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A PRODUÇÃO DE LGBTFOBIAS NO GOVERNO BOLSONARO

Elder Luan dos Santos Silva

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Gênero, Mulheres e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade. Graduado em História. elluanss@gmail.com;

Resumo

No Brasil, especialmente em meio a campanha presidencial de 2018, a principal estratégia utilizada pelo neoconservadorismo foi o acionamento da categoria “*Ideologia de Gênero*”, um dispositivo mobilizador de pânicos morais em função de um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo das questões de gênero e das sexualidades para impor instrumentos legislativos em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, e o debate sobre gênero e sexualidade na educação. Como reflexo disso, tem se percebido um aumento da LGBTfobia em sua manifestação discursiva e física, a perseguição aos estudos de gênero e sexualidade e cerceamento da cidadania LGBT. Esse trabalho tem como objeto refletir sobre os ataques as questões de gênero e sexualidade e as pessoas LGBT operados no Brasil pelo neoconservadorismo desde a campanha eleitoral que culminou na eleição do presidente Jair Bolsonaro até o seu primeiro ano de governo. Para tanto, serão analisadas as declarações e ataques do atual presidente às questões de gênero, assim como a repercussão disso entre seus seguidores, que tem transformado o discurso antigênero em atos de violência.

Palavras-chave: LGBTfobia; Ideologia de Gênero; Neoconservadorismo; Violência.

Contextos: o combate às questões de gênero e sexualidade na educação

A ofensiva contra as questões de Gênero e os Direitos das pessoas LGBT no Brasil começa a ganhar os contornos específicos que tem hoje, ainda em 2011, quando por pressão da bancada evangélica a presidenta Dilma Rousseff vetou o programa Escola Sem Homofobia se sustentando na afirmação de que seu governo não realizaria “propaganda pelas opções sexuais” (IRINEU, 2014). Segundo Carvalho e Sívori (2017), os atores conservadores em ascensão no Congresso Nacional criaram uma rede para divulgação e amplificação de versões distorcidas sobre os materiais do programa. Na principal argumentação desenvolvida, alertava-se do perigo que a escola se tornasse um lugar de aliciamento para o homossexualismo e lesbianismo, e que crianças de 6 a 8 anos estavam sendo expostas a conteúdos pornográficos (CARVALHO, SÍVORI, 2017).

Desde o Programa Brasil Sem Homofobia que essa alternativa, de disseminação de um pânico moral/social, foi utilizada por esses setores ultraconservadores em suas articulações que demandavam a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o programa. A retórica utilizada articulava expressões patriarcalistas, homofóbicas e anti-esqueditas, em uma investida que buscava paralisar outras iniciativas que tinham como mote a defesa dos direitos LGBTs (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Na avaliação feita por Carvalho e Sívori (2017), essa cruzada em volta do Programa Escola Sem Homofobia tornou-se uma grande oportunidade desses grupos se articularem e potencializarem seu capital político. Entre outros ganhos, conseguiram rebatizar o projeto de Kit Gay, que, desde então, ficou assim pejorativamente conhecido. Foi também nesse primeiro momento que nomes como o do então deputado Jair Bolsonaro (na época PP/RJ), Marco Feliciano (PSC/SP), e do Senador Magno Malta (PR/ES) ganharam visibilidade na grande mídia.

Segundo Vanessa Leite (2014), o fator preponderante na reação da Bancada Evangélica e dos setores conservadores das igrejas católicas e protestantes em torno do ESH estava no fato de que os materiais do programa admitiam a existência de adolescentes LGBT na escola, e mais do que isso, aceitavam e encorajavam a possibilidades de elas e elas assumirem as suas diversas identidades sexuais, apostando em

uma afirmação positiva da bissexualidade, homossexualidade, lesbianidade, travestilidade ou transexualidade na adolescência (LEITE, 2014).

A possibilidade de que o ESH, de alguma forma, colaborasse com a afirmação das identidades sexuais, a “saída do armário” e a vivência de sexualidades/gênero não normativos desestabilizou o projeto político heteronormativo que analogamente ecoa nas compreensões de sexo, gênero, família e sociedade das igrejas neopentecostais e católicas. Essa mesma desestabilização, ou medo dela, voltou à tona e se amplificou quando o Plano Nacional de Educação passou a ser discutido, e suas menções a gênero, sexualidade e diversidade foram amplamente contestadas sob a ótica da “*Ideologia de Gênero*”.

Como reflexo dessa investida operada por setores das igrejas católicas e neopentecostais, o termo “ideologia de gênero”, carregado de um peso altamente negativo, passou a significar um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo do gênero e das sexualidades, para ensinar as crianças a serem gays e lésbicas, e passou a ser fortemente combatido nas escolas públicas, tendo como principal articulador o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Desde então, uma discursividade violenta, que tende a combater tudo aquilo que se relaciona com os direitos LGBT e das mulheres e com as questões de gênero e sexualidade, passou a ser gestada, tendo seu ponto alto no Brasil na eleição presidencial de 2018.

Nesse ensaio, reflito sobre o avançar das situações de violências contra pessoas LGBT que, mobilizadas pelo discurso de ódio gestado pelos movimentos ultraconservadores e ancorados na retórica da *Ideologia de Gênero*, intensificaram-se no contexto das eleições presidenciais de 2018. Para tanto, realizei o levantamento das situações de lgbtphobia que foram noticiadas pelos principais sites de notícia do país período eleitoral das eleições presidenciais de 2018.

Agenda antigênero nas eleições presidenciais de 2018

A campanha presidencial de 2018 que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), foi um período fortemente marcado por um discurso de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBT, que tem como base fundadora os discursos e compreensões formulados pela retórica da *Ideologia de Gênero*, e seus

principais ex-potentes, parlamentares da bancada evangélica, membros de partido de extrema direita, e os setores ultraconservadores das igrejas católicas e pentecostais.

Nas semanas que antecederam as eleições presidenciais que aconteceram no dia 28 de outubro, diversos casos de violência contra pessoas LGBT foram registrados: em Aracaju, Layna Fortuna, uma mulher trans, foi assassinada (QUIRINO, 2018); em São Paulo, uma travesti foi morta a facadas sob os gritos de “Bolsonaro” e “Ele Sim” (REVISTA FÓRUM, 2018); em Curitiba, um homem gay foi assassinado e teve seu corpo trancado em um armário (SOUZA, 2018); em Salvador, na madrugada que sucedeu o primeiro turno das eleições, o mestre de capoeira Môa do Katendê levou 12 facadas e não sobreviveu (LIMA et al 2018); Julyanna Barbosa, ex-vocalista do grupo Furacão 2000, mulher trans, foi atacada com uma barra de ferro (LIMA, 2018); Netinha Matias, travesti piauiense, de 40 anos, residente da cidade Sigefredo Pacheco, foi brutalmente espancada dentro de sua residência (LINHARES, 2018). Todas essas agressões tem um ponto em comum: foram cometidas por apoiadores declarados do então candidato à presidência da república e presidente eleito Jair Bolsonaro.

As violências simbólicas também foram imensas. Na internet circularam vários vídeos em que era possível ouvir e/ou ver as pessoas entoando ataques à pessoas LGBT: em um deles, um grande grupo de pessoas no metrô de São Paulo cantou: “*o bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar viado*” (MATOS, 2018); em outro, três crianças cantam: “*O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais um recado, corra você que é viado, corra você que é viado, O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais uma onda, corra você sapatona, corra você sapatona*” (GGB, 2018).

A jornalista Joana Oliveira (2018) em matéria publicada no site do El País, relatou em tempo real como as agressões e os discursos de ódio em torno das eleições de 2018 estavam aumentando a ansiedade e impondo novos modos de existência para um grupo que se sente vulnerável e ameaçado por esses discursos, a população LGBT. A reportagem apurou como um casal de homens gays, uma mulher trans, uma mulher lésbica e outra bissexual, duas mulheres negras periféricas e uma mulher indígena estavam lidando com esses ataques. Os relatos dão conta de um medo latente que tem imposto modificações na forma como essas pessoas tem vivido no Brasil, como, por exemplo,

pra um casal de homens gays, que teve que voltar para o armário e decidiu não mais expor seu afeto em público (OLIVEIRA, 2018).

Boa parte das análises da mídia e dos movimentos sociais no Brasil, ainda recentes, atribui essas crescentes violências ao discurso de ódio de Jair Messias Bolsonaro. Ao longo de sua construção enquanto pré-candidato, a popularidade do mesmo se deu justamente por causa das declarações machistas, racistas, lgbtfóbicas, misóginas e de incitação à violência. Um levantamento realizado pela Pública em parceria com a “*Open Knowledge Brasil*” revelou que nos primeiros 10 dias do mês de outubro de 2018 houve pelo menos 70 ataques com motivações políticas contra mulheres, negros e LGBT.

Nesse levantamento, é possível localizar que parte desses ataques tem acontecido nas universidades públicas do país. Na Universidade Federal do Paraná (UFPA), cerca de seis homens agrediram um estudante em frente à Casa da Estudante Universitária, onde residem os estudantes com maiores índices de vulnerabilidade social. Na Universidade de Pelotas (UFPEL), o professor Luciano Volcan Agostini recebeu ameaças via e-mail de um estudante que dizia estar “envolvido diretamente com a campanha de Bolsonaro” (ZANATTA et al., 2018). Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a professora Denise Carrascosa do Instituto de Letras também foi ameaçada. Segundo relatos da mesma, publicados em sua rede social e reproduzidos por diversos sites de notícias, ao passar pela portaria do Instituto de Letras, um estudante a interpelou dizendo “Professora, depois do dia 28 a senhora vai ver” (MUNIZ, 2018). Também na UFBA, no dia 28 de outubro, após o resultado das eleições, militantes pró-Bolsonaro foram à porta da residência universitária, localizada no Corredor da Vitória em Salvador, ameaçar estudantes LGBTs. Uma estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi atacada com socos. Em seu relato publicado na rede social *Facebook* e reproduzido pelo site Brasil de Fato (PITASSE, 2018), ela escreveu que durante a agressão foi chamada de “sapatão de merda e vagabunda” e que “não era uma mulher de respeito”. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) estudantes de Filosofia foram agredidas por estudantes dos cursos de Medicina e Nutrição (UFMA, 2018). Em Teresina, o estudante universitário Lenilson Bezerra, 24 anos, foi brutalmente agredido por 10 homens, vindo a óbito poucos dias depois (PINCEL, 2018). Na Universidade de Brasília (UNB), livros de Direitos Humanos foram rasgados na Biblioteca (MARQUES; CARVALHO, 2018). Na

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), um aluno jogou uma mesa em direção a um professor da instituição que durante a aula havia exibido um vídeo sobre fascismo (HENRIQUES, 2018).

Além desses ataques direcionados à pessoas e grupos minoritários, a Instituição Universitária foi fortemente atacada nos dias que antecederam o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Um levantamento publicado no dia 26 de outubro pelo site de notícias “Conversa Fiada” (AMORIM, 2018) dava conta de que pelo menos trinta universidades públicas haviam sido invadidas por policiais e membros da Justiça Eleitoral, sob a justificativa de propaganda eleitoral irregular¹.

Dentre as ações policiais, ocorreram remoções de faixas de combate ao Fascismo na UFRJ e na UERJ, a paralisação de aulas públicas com os temas “Contra o Fascismo, pela Democracia” e “Esmagar o Fascismo”, respectivamente na FURG e UFGD, e a invasão de Policiais Militares armados em uma aula que tratava sobre Fake News na UFPA, após a filha de um PM realizar uma denúncia de que o professor estaria intimidando estudantes a não votarem no presidenciável Jair Bolsonaro.

Essas ameaças não são novas, e já vem acontecendo há algum tempo, em especial contra docentes universitários que pesquisam e/ou militam em favor das questões LGBTQs e feministas e em prol do direito das mulheres. Em dois casos bastante emblemáticos, duas professoras universitárias foram ameaçadas de morte: a professora Débora Diniz da UNB passou a ser perseguida nas redes sociais e ameaçada de morte por defender e pesquisar sobre a descriminalização do aborto, entre outros temas dos estudos de gênero e sexualidade (PAULA, 2018); outro caso semelhante a esse aconteceu na UFBA, onde uma professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGB) foi ameaçada de morte em novembro de 2017 por pesquisar questões relacionadas ao aborto e a divisão sexual do trabalho

1 Os dados obtidos pelo veículo “Toda Palavra” mostram que as unidades de ensino que tiveram ações da Justiça Eleitoral em parceria com a Polícia foram: Unidades de Ensino da UFGD (Dourados), UEPA (Iguarapé-Açu), UFCG (Campina Grande), UFF (Niterói), UEPB, UFMG, Unilab (Palmares), SEPE-RJ, Unilab-Fortaleza, UNEB (Serrinha), UFU (Uberlândia), UFG, UFRGS, UCP (Petrópolis), UFSJ, UERJ, UFRSA, UFAM, UFFS, UFRJ, IFB, Unila, UniRio, Unifap, UEMG (Ituiutaba), UFAL, IFCE, UFPB, UFRPE (Serra Talhada), UNESP (Botucatu), UEAL, Unisinos e IFF (Campos dos Goytacazes).

(MARINHO; SANTOS; VIGNE, 2018). A UFBA também foi alvo de outras perseguições, a exemplo dos ataques e ameaças sofridas pelo Projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo. Lemos e Cordeiro (2018) relatam que o projeto, em especial a Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo que aconteceu de 24 a 25 de novembro na UFBA, organizada pelo Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – GIR@, foi alvo de ataques e ameaças tendo como intenção a não realização do evento.

Outra face dessa violência crescente nos últimos anos no Brasil tem se dado justamente nesse campo dos estudos de gênero e das pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com essa temática. A perseguição aos estudos de gênero, que se ampliou no Brasil no contexto da aprovação dos planos municipais, estaduais e federal de Educação, teve centralidade na campanha presidencial de 2018 e, minimamente no campo das discursividades, opôs, especialmente no segundo turno, dois projetos políticos: um que defendia os direitos das mulheres, negros, LGBTQs, índios, entre outros grupos subalternizados, e outro que acreditava que essas agendas eram “coitadismo” (CALEIRO, 2018).

Isso ficou ainda mais nítido após os primeiros 100 dias de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Através de sua conta pessoal no twitter, principal meio de comunicação de Bolsonaro com seus eleitores, o presidente manteve o tom da campanha e os ataques às questões de gênero. Assim como na campanha, o governo Bolsonaro tem investido em uma guerra discursiva, que tem como um dos principais alvos os direitos das mulheres e dos LGBTQ.

O governo Bolsonaro e as questões de gênero e sexualidade

No dia 05 de janeiro, cinco dias após a posse, ao anunciar o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Murilo Resende, o presidente publicou em sua rede social que em seus estudos, o novo coordenador deixa claro que “prioriza o ensino ignorando a atual promoção da lacração”. Ainda no mesmo mês, após 23 dias de empossado, Bolsonaro comemorou a desistência do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) de ocupar o cargo de Deputado Federal, para o qual foi eleito nas últimas eleições. Não satisfeito, o presidente ainda comemorou o fato de que Jean Wyllys anunciou que iria embora do país por estar sofrendo ameaças de morte. Em 13 de Fevereiro de

2019, também em sua conta no twitter, Bolsonaro se posicionou contra a Criminalização da Homofobia, que havia entrado em pauta no Supremo tribunal Federal (STF) naquele dia.

Uma das postagens mais emblemáticas aconteceu no dia 05 de março de 2019, quando, para criticar o Carnaval Brasileiro, o presidente publicou em sua rede social um vídeo onde duas pessoas LGBT faziam uma performance queer em cima de um contêiner, tendo gerado todos os tipos de comentários em torno da “chuva dourada”.

Quem também teve grande destaque na mídia devido às declarações que atacam pessoas LGBT e as questões de gênero e sexualidade foi a ministra Damara Alves. No terceiro dia de governo, na sua posse como Ministra da Mulher Família e Direitos Humanos, disse que iria “acabar com a doutrinação ideológica das crianças e adolescentes”, fazendo referência ao que convencionalmente tem sido chamado de *Ideologia de Gênero* (NUNES, 2019), e que o Brasil estaria entrando em uma nova era, em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” e que “menina será princesa e menino será príncipe” em uma clara ofensiva às pessoas trans e as questões relacionadas a identidade de gênero, traindo portanto um acordo estabelecido com a ABGLT ainda em dezembro, de cooperação em prol da cidadania LGBT.

Muito além do campo discursivo, o primeiro ano do governo Bolsonaro foi palco de um desmonte de políticas públicas para pessoas LGBT nas mais diversas áreas. No Ministério da Saúde (MS) aconteceu a publicação de uma orientação para que fossem desconsideradas campanhas específicas de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) para a população de homens gays, travestis, homens trans, bissexuais e mulheres lésbicas e trans (LONGO, 2019), sob a justificativa de que o ministério não irá “ofender as famílias”.

Na cultura e nas artes, Bolsonaro vetou a liberação de verbas da Agência Nacional de Cinema (Ancine) para projetos que envolvem temáticas sobre gênero e sexualidades, e suspendeu um edital que pretendia selecionar e financiar séries LGBT para TVs públicas (SOTO, 2019). No Rio, sob a alegação de conteúdo sexual para menores, o prefeito Marcelo Crivela retirou HQs com beijo entre homens da Bienal do livro e autorizou que livros considerados impróprios para crianças e adolescentes fossem lacrados com plástico preto.

Até a Advocacia Geral da União (AGU) foi incluída no processo de desmonte e ataque cidadania LGBT, se manifestando contra a

criminalização da homofobia no processo que corria no STF. Mais uma vez fazendo uso de redes sociais, o presidente se manifestou contra a criminalização e declarou como “completamente equivocada” a decisão do STF que criminalizou a homofobia e transfobia em 13 de junho de 2019 (OLIVEIRA, BARBIÉRE, 2019).

De todas as áreas, a Educação tem sido o lugar onde são gestados os principais ataques comunidade LGBT, sob a égide da defesa à família, respeito às moralidades e valores cristãos, e combate a suposta Ideologia de Gênero. O Governo Bolsonaro e o bolsonarismo atuante na câmara dos deputados e em diversas prefeituras e governos estaduais do país têm se empenhado em barrar avanços no campo das políticas educacionais pró-diversidade.

O primeiro deles foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pasta do Ministério da Educação (MEC) responsável pela promoção de políticas educacionais que transversalizem questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, além de outras questões como raça, etnia, origem, posição econômica, deficiências, condição geracional e outras diferenças.

A oposição às políticas pró-diversidade e as discussões de gênero e sexualidade na escola fazem parte da agenda central do governo. Em novembro de 2018, antes de assumir a presidência, quando questionado sobre o perfil de ministro que assumiria a pasta da educação, Bolsonaro declarou ao UOL que o mesmo seria:

[...]“contra ideologia de gênero, quem ensina sexo para criança é papai e mamãe. Escola é lugar de se aprender física, matemática, química, para fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal” (Jair Bolsonaro em entrevista a Uol em 22 de novembro de 2018).

O segundo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que assumiu o ministério em abril de 2019, seguiu a tônica da oposição às políticas educacionais pró-diversidade e contribuiu com o ataque discursivo às questões de gênero e sexualidade. O principal ataque do MEC à comunidade LGBT, em especial às pessoas trans, aconteceu no dia 16 de julho, onde, através da rede social Twitter, o então presidente Jair Bolsonaro anunciou que, a após intervenção de Weintraub, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) havia decidido suspender o processo seletivo específico para

candidatas(os) travestis, transexuais, transgêneras e intersexuais nos cursos de graduação presenciais ofertados pelos campi Ceará e Bahia.

Ao longo dos últimos anos estratégias foram operadas pelo neoconservadorismo afim de interferir na política educacional e barrar possíveis avanços no campos das políticas de gênero, sexualidade e diversidade na educação. Como reflexo disso, há um notório aumento das violências LGBTfóbicas, assim como da reprodução de machismo, misoginia e outras violências que tem como base as questões de gênero.

As produções discursivas do bolsonarismo, sejam elas contra as questões de gênero e sexualidade através da retórica da Ideologia de Gênero, sejam diretamente contra a existência e manifestação cultural, artística e afetiva de pessoas LGBT, tem contribuído com o aumento da violência LGBTfóbica e acirrado as discriminações às pessoas LGBT na escola, na universidade e nos mais variados espaços públicos. Análises recentes (COSTA, QUEIROZ, 2019; QUINALHA, 2019) têm relacionado o aumento da violência LGBTfóbica no Brasil com o crescimento dessas retóricas neoconservadoras que criminalizam as discussões de gênero e sexualidade na educação pública, e constantemente atacam os direitos da população LGBT.

Considerações finais: a estratégia política dos pânicos morais

O cenário político atual que estamos vivendo, não só tem produzido outros discursos e discursividades sobre questões de gênero e sexualidade, como também tem ampliado a violência contra pessoas LGBT e desenvolvido uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBTs e igualdade de gênero através da propagação de pânicos morais.

A pesquisa, conduzida pela organização de mídia Gênero e Número e financiada pela Fundação Ford aponta que 92,5% dos LGBTs entrevistados consensuam que as violências lgbtfóbicas aumentaram desde o período eleitoral. Já entre os entrevistados, 51% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua identidade de gênero e orientação sexual. Entre os/as agredidos/as, 94% foram vítimas de violência verbal e 13% de violências físicas. Esse mesmo dado é mostrado pelo Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos

Humanos, que em outubro de 2018 recebeu 272% mais denúncias de violências LGBTfóbicas do que no mesmo período em 2017, sendo 330 casos em outubro de 2018 contra 131 em outubro de 2017.

Essa conjuntura também tem afetado o funcionamento da Universidade, assim como tem, ao mesmo tempo, criado um clima de tensão, além da produção e reprodução das violências lgbtfóbicas. A universidade tem sido um dos campos onde as situações anteriormente relatadas se reverberaram e ganharam legitimidade, e, também no espaço universitário, o foco principal dessas violências baseadas no gênero têm sido as mulheres e pessoas LGBTs, em especial aqueles e aquelas que estão envolvidas com os estudos de gênero e sexualidade e a militância feminista e LGBT.

No Brasil, como em outros lugares ao redor do mundo, o fenômeno da Ideologia de Gênero estabeleceu um confronto de moralidades, que se traduz em disputas de modos de regulação moral (LUNA, 2017). A principal estratégia utilizada por esses setores, foi o acionamento da categoria “*Ideologia de Gênero*”, um dispositivo mobilizador do pânico moral em função da suposta doutrinação feminista e gay das crianças (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Miskolci (2007) ao analisar os debates em torno do casamento gay em sociedades contemporâneas utiliza o conceito de pânicos morais para compreender os mecanismos de controle e resistência das transformações da sociedade nos campos relacionados a gênero e sexualidade. Segundo ele, “pânicos morais emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez, por isso mesmo, ameaçadora” (MISKOLCI, 2007, p. 103).

A partir da perspectiva de Rubin (1994) e Miskolci (2007) podemos afirmar que a noção de *Ideologia de Gênero*, ao longo dos anos, se tornou um dos principais modos de regulação da conduta sexual e da produção de gênero e sexualidades não-normativos, e um ativador do pânico moral, ou dos pânicos morais em torno das questões de gênero e sexualidade, das lutas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos e das pessoas LGBT.

A principal estratégia para a disseminação desses pânicos morais no contexto brasileiro foi à propagação de inverdades sobre as pautas feministas e LGBT, e os estudos de gênero e sexualidade. Segundo Carvalho e Sívori (2017), os atores conservadores em ascensão no

Congresso Nacional criaram uma rede para divulgação e amplificação de versões distorcidas sobre as questões de gênero e sexualidade.

Correlacionado com o aumento da violência lgbtfóbica, as categorias gênero e sexualidade tem mobilizado os setores conversadores do Brasil em função da defesa da família, das crianças e a partir de pânicos morais que fantasiam uma doutrinação ideológica do gênero. Como ressaltado no texto, durante o período eleitoral de 2018 e por todo o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro houve um aumento significativo das situações de violência contra mulheres e pessoas LGBT, que se justificavam na retórica do discursos ultraconservadores sobre as questões de gênero e sexualidade.

Essa retórica nasce, a princípio, a partir da disseminação de pânicos morais e violências simbólicas, e desemboca num combate a tudo que venha se relacionar com as questões LGBT, feministas e de gênero e sexualidade. Esses discursos, operados por discursividades múltiplas, tem, então, cooperado enormemente para a legitimação da violência lgbtfóbica, contribuindo assim com o aumento dos índices de lgbtfobia.

Esse mesmo discurso aglutinou apoiadores do governo Bolsonaro em torno da política de moralidades, do conservadorismo e da militarização, que, assim como já foi salientado, contribuiu com o aumento da lgbtfobia em sua manifestação espetacularizada, cotidiana e discursiva. É nesse sentido que acredito que as categorias gênero e sexualidade passam a ter foco e centralidade no governo Bolsonaro, porém com lentes que estão muito interessadas em cecear direitos, produzir violências e instituir pânicos morais e moralidades.

Referências

AMORIM, Paulo Henrique. **Por que policiais invadiram 30 universidades públicas?** 2018. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/por-que-policiais-invadiram-30-universidades-publicas>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CALEIRO, João Pedro. **<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Conservadorismo religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. cadernos pagu, n. 50, 2018.

COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; QUEIROZ, João Pedro Pereira de. **Para além da criminalização da lgbtfobia: cidadania, políticas públicas e direitos LGBT.** In: Debates e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e de gênero [recurso eletrônico] / organizadoras Maria Goretti Soares Mendes, Rebeca Spencer Hartmann, Regina Alice Rodrigues Araujo Costa. -- Recife : FASA, 2019, p. 64 – 79.

FÓRUM, Revista. **Aos gritos de “Bolsonaro”, travesti é morta a facadas no centro de SP.** 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-e-morta-a-facadas-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GGB, Grupo Gay da Bahia -. **Bolsonaro tá chegando, “corra você que é viado”: adolescentes debocham de LGBT em vídeo.** 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2018/10/11/bolsonaro-ta-chegando-corra-voce-que-e-viado-adolescentes-debocham-de-lgbt-em-video/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

HENRIQUES, Camila. **Professor relata agressão de aluno após vídeo sobre fascismo na Ufam: ‘Jogou mesa na minha direção’, diz.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/10/06/professor-relata-agressao-de-aluno-apos-video-sobre-fascismo-na-ufam-jogou-mesa-na-minha-direcao.ghtml>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. Revista Em Pauta, v. 12, n. 34, 2014

LEITE, Vanessa. “Impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Beá; OLIVEIRA, Joana; BETIM, Felipe. **Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

LINHARES, Lorena. **Travesti é espancada por dois homens após discussão no interior do Piauí.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2018/09/27/travesti-e-espancada-por-dois-homens-apos-discussao-no-interior-do-piaui.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LONGO, Ivan. **100 dias de retirada de direitos e violência contra a população LGBTI.** 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/lgbt/100-dias-de-retirada-de-direitos-e-violencia-contr-a-populacao-lgbti/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LUNA, Naara. **A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015.** Cadernos Pagu, v. 50, 2017.

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. **Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa.** 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-causa-de-pesquisa/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MARQUES, Marília; CARVALHO, Letícia. **Livros de direitos humanos são rasgados na biblioteca da UnB.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/04/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb.ghtml>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MATOS, José Edgar de. **Vídeo mostra palmeirenses entoando grito homofóbico que cita Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/10/04/palmeirenses-viralizam-na-internet-com-grito-homofobico-que-cita-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MENA, Fernando. **Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições.** 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. cadernos pagu (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp.101-128.

MUNIZ, Tailane. **'Sou negra, fui um alvo escolhido', diz professora da Ufba ao relatar ameaça.** 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sou-negra-fui-um-alvo-escolhido-diz-professora-da-ufba-ao-relatar-ameaca/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NUNES, Caian. **Seria uma nova era? Meninos vestem azul e meninas vestem rosa?** 2019. Disponível em: <<https://portalpopline.com.br/seria-uma-nova-era-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa1/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

OLIVEIRA, Joana. **Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PAINS, Clarissa. **Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo.** 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PAULA, Alexandre de. **Professora da UnB registra boletim de ocorrência após ser ameaçada de morte.** 2018. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/07/04/ensino_ensinosuperior_interna,692907/debora-diniz-professora-da-unb-recebe-ameacas-pela-internet.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PINCEL, Paulo. **Universitário é brutalmente espancado em Teresina.** 2017. Disponível em: <<https://piauihoje.com/noticias/politica/>>

universitario-e-brutalmente-espancado-por-seguidores-de-bolsonaro-44738.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PITASSE, Mariana. **Estudante é atacada por eleitor de Bolsonaro no Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/12/estudante-e-atacada-por-eleitor-de-bolsonaro-no-rio-de-janeiro/index.html?fbclid=IwAR3dXk3cCzALeZ9XlQ64ZZ1s4nlyHjU9JOOp7Li9EX6h-ZqtudyEFzKXsuZHI>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

QUERINO, Rangel. **Transexual morre após ser esfaqueada por apoiador de Bolsonaro em Aracaju**. 2018. Disponível em: <<https://observatoriogbol.uol.com.br/noticias/2018/10/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. Do original RUBIN, G. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1994.

SOTO, Cesar. **Bolsonaro diz que não vai financiar produções com temas LGBT; conheça séries citadas**. G1. Brasília. 16 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/16/bolsonaro-diz-que-nao-vai-financiar-producoes-com-temas-lgbt-conheca-series-citadas.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUSA, Felipe. **Cabeleireiro gay é assassinado por eleitor obcecado por Bolsonaro**. 2018. [Http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/](http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/). Disponível em: <<http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

ZANATTA, C. **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país**. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539282750_803269.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.